

INFRA S.A.

Julgamento

Brasília, 17 de julho de 2024.

RECURSO ADMINISTRATIVO

EDITAL LRE Nº 07/2024

OBJETO: "Contratação de empresa para elaboração de projeto básico/executivo de engenharia para a implantação da EF-232 - Ferrovia Transnordestina, no segmento compreendido entre Salgueiro/PE e Porto de Suape/PE, e de variantes e contornos pontuais distintos, para a Superintendência de Projetos e Custos - SUPRO/DIREM da INFRA S.A., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos".

RECORRENTE:	GEOSISTEMAS ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA. - CNPJ nº 70.073.275/0001-30.
RECORRIDAS:	CONSÓRCIO TPF - NORCONSULT - EF - 232 , composto pelas empresas: TPF ENGENHARIA LTDA - CNPJ nº 12.285.441/0001-66 - Líder (50%) NORCONSULT PROJETOS E CONSULTORIA LTDA - CNPJ nº 41.075.755/0001-32- (50%)

1. DAS PRELIMINARES

1.1. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, conforme Razões de Recurso registradas no Sistema Eletrônico do Banco do Brasil, Licitações-e.

2. DAS RAZÕES DA RECORRENTE

2.1. Insurge a recorrente sobre sua desclassificação e contra habilitação do Consórcio TPF - NORCONSULT - EF - 232 (SEI nº 8598156), conforme alegações abaixo:

A INFRA SA através do ofício nº 092/2024/GEPRO-INFRA/SUPRO-INFRA/DIREMINFRASA/DIREX-INFRA/CONSAD-INFRA/AG-INFRA manifesta-se pela Desclassificação da empresa Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda alegando que após uma análise preliminar restou verificado que não foi cumprido o desconto linear conforme item 12.2 do Edital 07/2024.

Contestamos tal afirmação, inicialmente porque só foi feita apenas uma análise preliminar e não identificamos em quais itens foram descumpridos os descontos lineares. Tal decisão não foi motivada indo de encontro a um dos princípios básicos que regem a Administração Pública, princípio este que consiste na exposição dos elementos que ensejaram a prática do ato administrativo, mais especificamente com a indicação de seus pressupostos fáticos e jurídicos, bem como a justificação do processo de tomada de decisão. Desta forma solicitamos que sejam indicados quais itens não obedeceram ao desconto linear para que possamos esclarecer os fatos.

Em relação a análise dos documentos de Habilitação a INFRA AS se manifestou de forma a não aceitar nosso atestado de capacidade operacional desconsiderando a CAT 2055/2010 sob o argumento que no atestado não conta projetos de terraplenagem.

Os serviços descritos nesta CAT são a elaboração de projeto executivo de engenharia para obras e serviços de restauração com melhorias da rodovia BR 226. O atestado fornecido pelo DNIT – MA

descreve explicitamente que realizamos estudos topográficos e geotécnicos para subsidiar entre outros os projetos de terraplenagem. Realizamos os projetos de restauração/reabilitação do pavimento de mais de trezentos quilômetros de rodovia dentre os quais os projetos de terraplenagem.

Interessante que foi aceito atestado de serviço idêntico para o consórcio declarado vencedor.

Em relação a CAT 81508/2010 fornecida pelo CREA SE só é aceito o mesmo pela INFRA AS unicamente para OAE, contudo novamente não existe nenhuma motivação para não aceitação em relação aos demais projetos.

Novamente estamos falando de projetos executivos de restaurações com melhoramentos de 382,79km de rodovias, onde consta pormenorizadamente todos os projetos elaborados.

Fica claro que atendemos a todas as condições do Edital, contudo não foram aceitos atestados validos, desta forma solicitamos reanálise dos documentos apresentados com a aceitação deles.

Em relação aos profissionais apresentados pela Geosistemas para comprovação de sua capacidade técnica profissional não entendemos por que a INFRA SA desconsidera atestados de projetos de Infraestrutura urbana na contagem do tempo dos nossos profissionais.

A infraestrutura de transportes refere-se a todos os modais de transporte, mobilidade urbana e estruturas necessárias para a circulação de pessoas, frotas, cargas e mercadorias, sendo a infraestrutura de mobilidade urbana composta de calçadas com passeios para trânsito de pedestres, ciclovias, vias automotivas, metroferrovias, hidrovias, estacionamentos, pontos de embarque e desembarque de passageiros e cargas; terminais, estações, conexões; sinalização viária e de trânsito, etc

Inclusive o Edital é bem explícito em relação ao Coordenador quando diz pede experiência em serviços e engenharia consultiva relacionados a Infraestrutura de Transportes, conforme item 14.10.6.

Desta forma, solicitamos a reanálise do tempo de todos nossos profissionais considerando o tempo de experiência dos atestados apresentados.

A Lei de Licitações, indicou que podem ser exigidos atestados com o objetivo de comprovar a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, bem como a qualificação da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Decorre dessa previsão o enunciado da Súmula 263 do TCU que indica ser legal para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, desde que limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, “a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

Ocorre que, apesar da Lei e da Súmula/TCU 263 se referirem, respectivamente, à comprovação de “atividade pertinente e compatível” e “serviços com características semelhantes”, é bastante comum verificar editais que trazem a necessidade de os licitantes apresentarem atestados de capacidade técnica que comprovem a execução específica do objeto do certame, sob pena de inabilitação.

[...]

Importante destacar que a Administração Pública institui novas formas de contratação como o RDC e o Pregão como forma de desburocratizar, agilizar e garantir propostas mais vantajosas para a Administração e consequentemente economias significativas para o Erário. No entanto a INFRA SA mostra-se extremamente rigorosa com nossa proposta e benevolente com a do consórcio declarado vencedor que mesmo o Edital exigindo explicitamente engenheiro civil a INFRA SA aceita engenheiro cartógrafo. Se assim fosse deveria ter explicitado esta condição no edital pois as demais empresas também poderiam ter recorrido a outros tipos de profissionais para cumprir com as exigências do Edital.

A Licitação pública tem como finalidade atender um INTERESSE PÚBLICO, de forma que seus critérios devem ser observados por todos os participantes em estado de IGUALDADE, para que seja possível a obtenção da proposta mais vantajosa.

[...]

Ao desclassificar de forma equivocada a empresa Geosistemas e classificar também de forma equivocada o consórcio TPF/NORCONSULT a INFRA SA está promovendo um prejuízo ao erário de R\$ 8.279.270,03.

Isto ocorre pelo fato da INFRA SA está desclassificando uma empresa que atendeu a todas as regras do Edital e ofertou o menor preço no valor de R\$ 12.406.488,85, promovendo um desconto de aproximadamente 50% ao preço originalmente orçado pela INFRA SA. Ao invés de classificar e aceitar uma proposta vantajosa para a Administração a INFRA SA está optando por contratar uma proposta no valor de R\$ 20.685.758,88, bem mais onerosa para o Erário.

2.2. Por fim, requereu revisão da decisão da INFRA S.A. de desclassificar a proposta da Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda., declarando-a vencedora da licitação por ter ofertado a proposta mais vantajosa para a Administração.

3. DAS CONTRARRAZÕES

3.1. Em sede de contrarrazões, a recorrida se manifestou tempestivamente, por intermédio do documento SEI nº 8623432, em síntese:

II – DO PATENTE DESCUMPRIMENTO DE MÚLTIPLAS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS PELO LICITANTE GEOSISTEMAS

A decisão dessa respeitável Comissão da Licitação que desclassificou e inabilitou a Recorrente se mostra, a rigor, imune a críticas. Isso porque a licitante Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda. descumpriu múltiplos itens do edital, a começar pela exigência de que as propostas fossem apresentadas com percentual de desconto incidindo linearmente sobre todos os produtos elencados na planilha de serviços.

[...]

Como visto, o edital, nesse particular, não deixa espaço a dúvidas: o percentual de desconto oferecido pela licitante em relação ao preço global de referência da licitação deve incidir de maneira linear sobre todos os itens de planilha, inexistindo liberdade para que os licitantes estabeleçam deságios distintos entre os produtos da planilha de serviços.

O edital, nesse particular, se encontra plenamente respaldado na Lei nº 13.303, cujo art. 54, inciso II, prevê, entre os critérios de seleção passíveis de adoção, o do maior desconto, sendo que o §4º, II, desse mesmo artigo prevê, textualmente, que “no caso de obras e serviços de engenharia, o desconto incidirá de forma linear sobre a totalidade dos itens constantes do orçamento estimado, que deverá obrigatoriamente integrar o instrumento convocatório”.

Sendo assim, ao fixar percentuais de desconto distintos entre os itens que compõem a planilha de serviços, a Recorrente violou não só a letra do instrumento convocatório, mas também determinação legal expressa, de modo que a sua desclassificação se mostra imperativa.

Aliás, diferentemente do que a Recorrente pretende fazer crer, essa respeitável comissão de licitação não deixou de informar o item de planilha que sofreu o desconto diferenciado, cuidando-se do item 2.1 da planilha apresentada, referente ao “Levantamento Aerofotogramétrico”. Tal circunstância é do pleno conhecimento da referida licitante, de modo que a decisão da comissão, nesse ponto, não padece de qualquer vício de motivação.

Como se não bastasse, ainda que a grave irregularidade da proposta da Geosistemas não tivesse existido, a Recorrente seria inexoravelmente excluída da licitação, por ter descumprido textual exigência de qualificação técnico-operacional.

[...]

Além de não haver satisfeito a exigência de qualificação técnico-operacional do item 14.5, II, do edital, o que por si só seria suficiente para a sua inabilitação, observa-se que, no capítulo técnico-profissional, mais uma vez que a licitante Geosistemas dá mostras claras de que não dispõe das credenciais técnicas necessárias à perfeita execução contratual.

[...]

No capítulo da qualificação técnico-profissional, portanto, o instrumento convocatório exige tempo de experiência mínima dos profissionais igual ou maior do que 10 anos, sendo que, em relação ao Coordenador Geral do Contrato, as atestações devem fazer referência a serviços de engenharia consultiva prestados em meio a empreendimentos de Infraestrutura de Transportes, ao passo que, para as demais funções, a experiência a ser comprovada diz respeito a projetos rodoviários, ferroviários e metroviários, esse último modal inadmitido apenas na parcela “B”.

Desde já, fica claro que, ao contrário do que a Recorrente tenta fazer crer em suas razões recursais, o edital não pede a comprovação de experiência em serviços idênticos aos do objeto da licitação (projeto executivo de ferrovia). Bem ao contrário, segundo o edital, são admissíveis, para fins de qualificação técnica dos profissionais, serviços de engenharia consultiva similares, a exemplo de projetos de infraestrutura de transportes (apenas para a função de coordenador geral), além de atividades técnicas exercidas em empreendimentos rodoviários e metroviários (e não só ferroviários).

O equívoco da licitante ora Recorrente reside na extrapolação desse conjunto de empreendimentos similares, anexando, para tal finalidade, atestados relativos a projetos de infraestrutura urbana, os quais não detêm qualquer vinculação à implantação de ferrovias, rodovias ou metrô. Conforme

relatado anteriormente, o instrumento convocatório não admite tais atestações em qualquer das parcelas elencadas no item 14.10.6. Em relação à função de Coordenador Geral, o edital chega a aceitar atestações relativas a projetos de infraestrutura de transportes, jamais de infraestrutura urbana. Nas demais funções, a experiência deve ser comprovada no contexto da elaboração de projetos de empreendimentos rodoviários, metroviários ou ferroviários.

[...]

III. DO CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL POR PARTE DO CONSÓRCIO TPF-NORCONSULT – EF-232

O Consórcio Recorrido cumpriu integralmente as exigências de qualificação técnico-profissional anteriormente mencionadas. Tanto assim, que foi considerado habilitado por essa respeitável CPL. Quanto à parcela referente ao projeto de terraplanagem ferroviária, rodoviária ou metroviária, o Consórcio apresentou, em sua documentação de habilitação, atestações em nome da Engenheira Maria Angela Nava, diplomada em 16 de janeiro de 1981 pela Universidade Federal de Pernambuco. Em seu nome, foi apresentado um total de 10 atestados, relativos a serviços executados entre os anos de 2001 e 2022.

As atestações dizem respeito a projetos de obras viárias, sendo que, em todos eles, a Engenheira Cartógrafa Maria Angela Nava aparece como engenheira especialista responsável pelos projetos de terraplanagem de obras viárias, ou seja, a profissional em destaque não apenas compôs a equipe que cuidou dos referidos projetos, mas assumiu a responsabilidade técnica pela integralidade dos projetos de terraplanagem.

Vale mencionar, inclusive, que, entre os atestados apresentados, o de nº 7 diz respeito à elaboração do projeto executivo de infraestrutura e de superestrutura das obras de implantação da Ferrovia Transnordestina no Estado de Pernambuco, cuja licitação foi levada a efeito pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado. Nesse contrato, a Engenheira Maria Angela Nava assumiu, mais uma vez, a posição de engenheira especialista responsável pelo projeto de terraplanagem.

Isso significa, portanto, que não será a primeira vez que a referida profissional assumirá a responsabilidade pela elaboração do projeto de terraplanagem da ferrovia Transnordestina, uma vez que já atuou na elaboração desse mesmo projeto em outro trecho da ferrovia, o que comprova, de maneira cabal, sua plena capacitação para elaborar projetos dessa natureza.

Aliás, caso houvesse alguma extrapolação das atribuições do engenheiro cartógrafo no fato de esse profissional assumir a responsabilidade técnica pela elaboração de projeto de terraplanagem de obra viária, o CREA teria se negado a registrar as anotações de responsabilidade técnica em nome da Maria Angela Nava, algo que não ocorreu. Na verdade, consultando a documentação técnica apresentada em nome da referida profissional, o que se observa é que a cada atestação emitida corresponde a pertinente Certidão de Acervo Técnico - CAT emitida pelo CREA competente, o que, na prática, elimina qualquer cogitação em torno de uma possível atuação profissional desbordante por parte da mencionada engenheira.

Pois bem, dito tudo isso, já é possível concluir que a irresignação da Recorrente não encontra respaldo normativo, tratando-se de interpretação da norma editalícia que não encontra sustentação na regulamentação do exercício profissional das especialidades da engenharia, além de se apegar a um formalismo excessivo no intuito de confundir a comissão de licitação e induzi-la ao erro, no que tange à habilitação do Consórcio TPF-NORCONSULT – EF-232.

IV – DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE: A VEDAÇÃO DO EXCESSO DE RIGOR NA INTERPRETAÇÃO DO EDITAL

No caso dos autos, conforme demonstrado anteriormente, a profissional indicada pelo Consórcio Recorrido para dar cumprimento ao exigido no item 14.10.6, parcela “G”, do edital (projeto de terraplanagem de obra viária) já atuou como responsável técnica pela elaboração do projeto de terraplanagem do trecho pernambucano dessa mesma Ferrovia Transnordestina. Tal contrato foi firmado no ano de 2009 junto ao Estado de Pernambuco e foi integral e satisfatoriamente executado, sendo que a Engenheira Cartógrafa Maria Angela Nava figura na atestação emitida pela SDEC/PE como corresponsável técnica pelo projeto de terraplanagem do trecho pernambucano da ferrovia (atestado nº 07).

[...]

Tal entendimento se aplica à perfeição ao caso ora em análise, sobretudo porque a profissional indicada pelo Consórcio recorrido comprovou, sem espaço a questionamentos, que está tecnicamente habilitada para responder pelo projeto de terraplanagem da Ferrovia Transnordestina. A rejeição dessa documentação, portanto, decorreria de uma leitura do edital que despreza a realidade dos fatos para se ater a um formalismo de visão estreita que prejudica a competitividade do certame, algo que não pode ser aceito, porque contrário, entre outros, ao princípio da razoabilidade.

3.2. Ao final, requereu que fosse negado o provimento ao recurso, mantendo-se a inabilitação da recorrente e manutenção de sua habilitação.

4. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES DE COMPETÊNCIA DA ÁREA TÉCNICA:

4.1. Prefacialmente, importante consignar que acerca da análise da documentação apresentada para a comprovação da capacidade técnica apresentada pela licitante, não cabe à Comissão de Licitação se imiscuir em questões eminentemente técnicas, conforme artigo 23, inciso IV do RILC/Infra:

Art. 23. São competências da Comissão de Licitações:

[...]

IV - Quando couber, **solicitar análise e parecer relativos à qualificação e proposta técnica para as unidades requisitantes, cuja análise deverá ser aprovada pelo Diretor Setorial;**

4.2. Salienta-se que o exame da documentação por parte da Comissão de Licitação, se restringe aos aspectos jurídico, econômico-financeiro e fiscal, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a esses, parte-se da premissa de que a autoridade competente se utilizou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

4.3. No caso, a Superintendência de Projetos e Custos - SUPRO da Diretoria de Empreendimentos, por intermédio da Análise 11 Recurso Administrativo - Geosistemas (SEI nº 8604041), devidamente aprovado pela Diretoria de Empreendimentos, concluiu:

5.1. Ante exposto, considerando as razões recursais e a alegação de que a INFRA S.A. classificou de forma equivocada o Consórcio TPF-NORCONSULT EF-232, esta área técnica conclui que, em relação à Qualificação Técnica Profissional, a Recorrida não cumpriu todos os requisitos exigidos pelo Termo de Referência, pois descumpriu o subitem 6.5., Tabela 3 – PRODUTOS – EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL, apresentando uma profissional com formação diferente da prevista no Termo de Referência.

5.2. Portanto, esta área técnica entende que o **Consórcio TPF-NORCONSULT EF-232** deve ser considerado **inabilitado** quanto à Qualificação Técnica Profissional para a Categoria Profissional Engenheiro Especialista - Terraplenagem.

5.3. Por fim, conclui-se que a empresa **Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda** deve ser mantida **inabilitada** visto que a Recorrente apresentou documentação incompleta e não atendeu na integralidade aos requisitos editalícios em relação à Proposta de preços e à Qualificação Técnica previstos no Termo de Referência.

5. DO COMPLEMENTO DAS ALEGAÇÕES ACERCA DA VANTAJOSIDADE DA PROPOSTA:

5.1. Com a finalidade de colaborar e complementar a análise técnica exarada pela unidade demandante, cabe ainda elucidar que a Lei nº 13.303/16 determinou no que se refere à vantajosidade de proposta:

Art. 31. **As licitações** realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista **destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e **a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento**, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

[...]

5.2. A proposta mais vantajosa para a administração é aquela que, além dos preços, apresenta o conjunto probatório de documentos técnicos que comprovem que a licitante possui condições técnicas de execução do contrato, considerando-se todo o ciclo de vida do objeto.

5.3. Nesse sentido, a melhor proposta considera outros critérios relevantes que impactam na execução do contrato, tais como a qualidade e a experiência da proponente.

5.4. No caso em exame, a licitante foi inabilitada, conforme já amplamente analisado para

unidade técnica, **não comprovando todos os requisitos mínimos exigidos no item 6.5 do Anexo I - Termo de Referência**, o que faz com que sequer tenha o preço proposto aceito, ou que promova uma contratação mais eficiente e vantajosa, conforme entende o TCU:

[Voto] 36. Assim, revela-se plenamente possível que o Poder Público, ante os comandos constitucionais mencionados, estabeleça critérios de sustentabilidade nas contratações que realizar, com os objetivos de reduzir o impacto ambiental gerado pela máquina pública e induzir mudanças no setor produtivo.

37. Contudo, a interpretação da Lei não pode ocorrer de forma isolada apenas com base no princípio do desenvolvimento nacional sustentável, pois os princípios licitatórios estão inter-relacionados, sendo possível, em linhas gerais, afirmar que as contratações devem ocorrer:

a) em um ambiente em que sejam fornecidas iguais condições para todos quantos quiserem participar (princípio da igualdade);

b) consoante os procedimentos previstos no instrumento convocatório (princípio da vinculação ao instrumento convocatório);

c) de forma a serem evitados quaisquer favorecimentos ou preferências pessoais por parte dos administradores públicos (princípios da impessoalidade e do julgamento objetivo) ;

d) **buscando-se a proposta mais vantajosa para a entidade e que melhor atenda ao interesse público** (princípios da moralidade, da probidade administrativa, da eficiência e da economicidade). [...]

39. A escolha feita pela Administração Pública não pode ser arbitrária, ao contrário, deve ser motivada. **Em suma, a licitação exige, necessariamente, algum tipo de restrição, pois, no momento em que se definem as características do produto desejado, afasta-se a possibilidade de participação das empresas que não detêm os bens com as características estipuladas.** O que não se admite, e assim prevê tanto o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal como o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, é o estabelecimento de condições que restrinjam o caráter competitivo das licitações em razão de circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

Acórdão nº 2129/2021-TCU-PLENÁRIO

5.5. Nesse sentido, considerando-se que as exigências de capacidade técnica estão limitadas ao mínimo necessário que garantam a qualificação técnica das empresas para a execução do objeto do contrato, bem como, que a comprovação da experiência técnica é parte e essencial da proposta, a aceitação da proposta de menor preço, sem a devida correspondência técnica, afronta o objetivo central do procedimento licitatório determinado no artigo 31 da Lei nº 13.303/16.

5.6. Dessa forma, **considerando-se que a proposta apresentada pela recorrente, não atendeu aos requisitos técnicos mínimos exigidos no edital, não é vantajosa para a administração.** A sua aceitação apenas pelo critério do menor preço, ignorando-se as demais exigências editalícias, é irregular e fere os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

6. DA CONCLUSÃO

6.1. Ante exposto, considerando as razões recursais, as contrarrazões, bem como a manifestação da unidade técnica responsável, conclui-se pelo **CONHECIMENTO** do presente recurso, para no mérito, considerá-lo **PARCIALMENTE PROCEDENTE**, procedendo-se a **INABILITAÇÃO** do **CONSÓRCIO TPF - NORCONSULT - EF - 232**, composto pelas empresas **TPF ENGENHARIA LTDA - CNPJ nº 12.285.441/0001-66 - Líder (50%)** e **NORCONSULT PROJETOS E CONSULTORIA LTDA - CNPJ nº 41.075.755/0001-32- (50%)**, **pelo não atendimento da qualificação técnica profissional constante da Tabela 3 do subitem 6.5 do Anexo I - Termo de Referência** e mantendo-se a inabilitação da licitante **GEOSISTEMAS ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA. - CNPJ nº 70.073.275/0001-30, pelo não atendimento integral dos profissionais elencados na Tabela 3 do item 6.5 do Anexo I - Termo de Referência.**

6.2. Tendo em vista a manifestação da decisão da Comissão de Licitação, encaminhe-se os autos à autoridade competente, para, se de acordo, ratificá-lo ou retificá-lo, nos termos do artigo 55 do RILC/Infra.

Maria Cecília Mattesco Caixeta
Presidente da Comissão de Licitação

Fabiane Freire Amorim
Membro

Luciana Madeiro Ximenes
Membro

Portaria nº 102 (SEI nº 8215248)
Despacho 65 (SEI nº 8296070)



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Freire Amorim, Membro de Comissão de Licitação**, em 29/07/2024, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA MADEIRO XIMENES, Membro de Comissão de Licitação**, em 29/07/2024, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecília Mattesco Caixeta, Presidente de Comissão de Licitação**, em 29/07/2024, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0),
informando o código verificador **8605240** e o código CRC **6E5A9B28**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 50050.001106/2024-99

SEI nº 8605240